

*Curtas

Mato Grosso é o estado mais procurado para a pesca esportiva



Empresários da pesca, associações de profissionais do turismo, cooperativas de pescadores, estudiosos do assunto e instituições públicas se reuniram na tarde de sexta-feira, 22, para debater um dos segmentos do turismo que mais cresce em Mato Grosso e no Brasil, o Turismo de Pesca Esportiva.

Um compêndio dos últimos cinco anos do Registro Geral da Pesca revela que Mato Grosso é o Estado mais procurado para a prática. O maior estado emissor desse turista é São Paulo, seguido por Minas Gerais e Paraná. O coordenador de pesca amadora do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Kelven Stella Lopes, destacou a importância desses dados. “Esse levantamento é extremamente importante para o setor, porque a partir dele podemos definir onde divulgarmos nosso produto”, disse.

De acordo com dados do Banco Mundial o turismo de pesca movimentava cerca de US\$ 190 bilhões ao ano em todo o mundo. Em Mato Grosso, 45 dos 141 municípios são propícios à prática do esporte. Entre eles o que mais gera empregos e que já está com a atividade consolidada é Cáceres, que anualmente realiza o Festival Internacional de Pesca.

IPI

Mato Grosso e os demais estados poderão ter isenção de Imposto sobre Produto Industrializado na aquisição de alguns produtos essenciais. A medida consta de projeto de lei que acaba de ser apresentado pelo deputado Pompeo de Mattos, do PDT gaúcho. De acordo com o texto, a isenção de IPI abrangeria os produtos destinados a serviços e ações públicas de saúde, educação e segurança.

Desemprego

O Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged) aponta que 3.952 trabalhadores a mais foram mandados embora em março, saldo de 31.654 admissões e 35.606 demissões. A agropecuária liderou com 2.432 a mais dispensados, resultado de 5.413 formalizações e 7.845 desligamentos. O mesmo setor ficou à frete no mês anterior, mas com 2.842 a mais de novos empregados.

Isenção

Pompeo de Mattos projeta um cálculo de economia nos gastos públicos, segundo assessoria. “Todo equipamento que for comprado com isenção do imposto tem o preço diminuído em torno de 20% a 25%, podendo, conforme o caso, chegar a 30%. Nós vamos ter carros para a Polícia, carros para o transporte escolar e ambulâncias que poderão ser adquiridos em melhores condições para os municípios”.

Demissões

O balanço aponta que o comércio apresentou o segundo pior desempenho, com 1.887 demissões a mais, saldo de 8.801 admissões e 10.688 desligamentos. Em seguida surgiu a construção civil com 122 a mais mandados embora, resultado de 3.250 formalizações e 3.372 dispensas. Por outro lado, os demais setores registraram saldos positivos. Na indústria foram gerados 469 empregos a mais.



*Direto ao Ponto

com Alexandre Rolim...

Leia mais: <http://blogdorolim.blogspot.com.br/>

Caso sério

No final da semana passada moradores do Residencial Barcelona bloquearam a rua principal do bairro depois que a rede de esgotamento sanitário voltou a apresentar problemas e espalhar dejetos pelas ruas. O caso é grave e deve ser tratado com seriedade pelo Samae e Prefeitura Municipal. Gente, é a saúde dos moradores que está em risco, idosos e principalmente crianças vivem em situação de risco. Esgoto na rua remete à cidades do início do século passado.

Empurra-empurra

Enquanto os isso o Samae e a empreiteira que construiu o bairro ficam num empurra-empurra. De quem é a responsabilidade já não importa mais, o que importa é a saúde dos moradores. Imagine que desumano conviver com fezes escorrendo na porta de casa enquanto poder público e iniciativa privada discutem quem é o responsável. E olha a tendência é piorar, pois um novo bairro será inaugurado em breve na mesma região. Os moradores se mobilizam e através de um abaixo-assinado pedem providências.

Favettão

Não poderia deixar de prestar aqui minha homenagem a um dos ícones da nossa política, Alvides Favetti, o Favettão, que nos deixou no final de semana. Favettão, então no PP, fez parte de uma era da política tangaraense que terminou em meados da década passada. No Legislativo, foi uma das referências dessa fase. Daí veio a renovação quase total no quadro de legisladores. Favettão presidiu a Câmara Municipal em 2003, ano em que corriam várias denúncias contra o ex-prefeito Jaime Muraro, tempos de turbulência e renovação. Favetti deu fluência aos processos e terminou sua carreira política em seguida. É modelo para os políticos atuais, é exemplo para Tangará da Serra.



Investigações

As duas comissões especiais criadas na Câmara Municipal para investigar a Gestão Junqueira trabalham a todo o vapor. Depois de se reunirem por várias vezes ao longo das duas últimas semanas os vereadores solicitaram ao prefeito Fábio Junqueira (PMDB) o envio de documentos para serem juntados ao processo e analisados pelos membros de cada comissão. É com essa documentação que os relatores de cada CEI irão expedir seus pareceres. Dependendo das provas colhidas o prefeito poderá ou não ser processado, aí que se abre uma comissão processante. Por enquanto é apenas investigação. Fábio tem cinco dias a contar de hoje para enviar documentos para a CEI Palmital.



CEI do PELC

A outra Comissão que corre na Câmara, a CEI do PELC, ainda não notificou o prefeito. Essa CEI, que eu particularmente considero mais grave que a da Palmital, deverá dar uma tremenda dor de cabeça na gestão. Uma fonte me revelou que há indícios fortes de que parte do recurso do PELC foi gasta com passagens, hospedagens e até coquetel, apesar do programa sequer ter sido executado. Essa CEI deverá culminar em um processo ferrenho contra Fábio às vésperas da eleição.

Mais denúncias

Além dessas denúncias contra a gestão Junqueira que já renderam a abertura de duas comissões especiais de investigação (CEI's) na Câmara, há pelo menos outras três que correm nas comissões permanentes da Casa de Leis, movidas por servidores públicos. Essas são mais lentas, pois os trâmites são diferentes das CEI's. Uma quarta denúncia, essa de grande gravidade, envolve o setor de saúde pública e deverá vir à tona ainda esta semana. Aguarde!

*Bastidores da Política

Riva

O juiz César Augusto Bearsi condenou por ato de improbidade administrativa o delegado Paulo Rubens Vilela, o ex-deputado estadual José Riva, seu ex-assessor parlamentar Cristiano Volpato e o ex-chefe da Casa Civil Éder Moraes por uma tentativa de acobertamento de um crime eleitoral da campanha de Riva para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) em 2010.

Condenado

Proferidas na última terça-feira, 19, as sentenças determinam a perda dos direitos políticos de todos os quatro pelo período de cinco anos, bem como o impedimento de contratar com o poder público por três anos e a perda de eventual cargo público atualmente ocupado (condenação que só tem efeito prático para o delegado Paulo Vilela, atualmente em atividade na Polícia Civil).

Aprendiz

O deputado estadual José Domingos Fraga (PSD) apresentou projeto de lei que institui o Programa Estadual de Oportunidade e Inclusão para Jovem Aprendiz, Pessoa com Deficiência ou Reabilitado Aprendiz, no âmbito da administração pública direta, empresas públicas de capital misto e assemelhadas, autarquias e fundações. A iniciativa tem como base a CF e a CLT que tratam desse tema.

Inclusão

O parlamentar explica que o programa de que trata a lei é dirigido a jovens com idade entre 14 e 24 anos, à pessoa com deficiência ou reabilitada de qualquer idade, oriundos de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, que estejam cursando ensino fundamental ou médio, salvo na hipótese de pessoa com deficiência. Segundo o parlamentar é de suma importância oportunizar o acesso ao mercado de trabalho.

Mato-grossenses em comissão do Senado devem apoiar impeachment

Os dois representantes mato-grossenses indicados como titulares da comissão especial do impeachment no Senado, a qual deverá ser ratificada em votação do Plenário nesta segunda-feira, 25, deverão apoiar a abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff (PT) por crime de responsabilidade. José Medeiros (PSD) e Wellington Fagundes (PR) já se manifestaram favoráveis à admissibilidade do processo de impeachment a ser analisado pela comissão.

Conforme o rito estabelecido, a comissão especial do Senado deverá concluir se a presidente da República deve ou não ser alvo de um processo de impeachment por crime de responsabilidade apontado na argumentação

dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

Caso a comissão decida pela instauração do processo, o caso deverá voltar a ser votado, desta vez no Plenário do Senado. Em caso de aprovação por maioria simples da casa (41 dos 81 senadores), a presidente é afastada e passa a responder ao processo.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6487

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Noroândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Serra do Bugra, Campo Novo do Pareci e Sapozal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL
Mário Reski
mario@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Sílvia Torres
silvia@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fábio Torres
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Reinaldo Marim Neto
Maykon Henrique Moura
Everton Matheus Nogueira

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.265.194/0001-37

PUBLICIDADE LEGAL
E. Torres & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br